

MEMÓRIA DA OFICINA TERRITORIAL VII: QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos / SÃO JOÃO DA PONTE, VARZELÂNDIA E VERDELÂNDIA – MINAS GERAIS

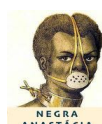


OFICINAS FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA GTAQ

21, 22 e 23 de maio de 2018



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PARTICIPANTES

| MINAS GERAIS | | |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| NOME | QUILOMBO | MUNICÍPIO |
| Guilherme Rodrigues Cardoso | Boriá | Brasília de Minas |
| Roberto F Borges | Brejo dos Crioulos | Varzelândia |
| Wagner Pereira Alves | Brejo dos Crioulos | Varzelândia |
| Daiane Cordeiro Barbosa | Brejo dos Crioulos/Araruba | São João da Ponte |
| Valdomiro Lopes de Abreu (Miro do Brejo) | Brejo dos Crioulos/Araruba | São João da Ponte |
| Nilda Frenandes da Silva | Brejo dos Crioulos/Araruba | São João da Ponte |
| Yasmim Rodrigues Silva | Brejo dos Crioulos/Araruba | São João da Ponte |
| Romeu Cardoso de Oliveira | Brejo dos Crioulos/Araruba | São João da Ponte |
| Domingos José da Silva | Brejo dos Crioulos/Barra do Arapium | Varzelândia |
| Paula Cardoso de Oliveira | Brejo dos Crioulos/Caxambu | Varzelândia |
| Rogério Fernandes Souza | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Nercesia Cardoso Celestino | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Maria da Glória dos Santos Silva | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Aidê Joaquim França | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Gabriel França Ferreira da Silva | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Mamede Moreira da Silva | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Sebastião Pereira de Souza | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Claudineu Fernando Souza | Brejo dos Crioulos/Orion | Varzelândia |
| Adriano da Cruz Oliveira | Chalé | Santa Fé de Minas |
| Leandro dos Reis Lopes de Oliveira | Chalé | Santa Fé de Minas |
| Jorge Martins Correia | Onça | Januária |
| Delfina Correia da Mota Farias | Onça | Januária |
| Nilcéia Rodrigues | Paraterra (assentamento) | Varzelândia |
| Dermita Cardoso Santos | Puris | Manga do Norte |
| Jorcina Fernandes de Jesus | | |

| EQUIPE DE EXECUÇÃO | | |
|---|--|---|
| Francisco Cordeiro Barbosa "Ticão" | Ponto Focal do Quilombo Brejo dos Crioulos | São João da Ponte – MG |
| Equipe da cozinha e infraestrutura: Ivoneide Marlene Nica Noel Zé do Mário | Quilombo Brejo dos Crioulos | Varzelândia / São João da Ponte / Verdelandia |
| Katia Penha | Negra Anastácia | São Mateus – ES |
| Ronaldo dos Santos | Negra Anastácia | Paraty – RJ |
| Raquel Pasinato | Instituto Socioambiental - ISA | Vale do Ribeira – SP |
| Milene Maia | Instituto Socioambiental - ISA | Brasília |
| Frederico Viegas | Instituto Socioambiental - ISA | Vale do Ribeira – SP |
| Anna Maria Andrade | Instituto Socioambiental - ISA | São Paulo – SP |
| Debora Almeida | Instituto de Desenvolvimento Social - IDS | Rio de Janeiro - SP |
| Anna Cecília Cortinez | Instituto de Desenvolvimento Social - | Rio de Janeiro - SP |

| | | |
|--|--------------------------------------|--------------------------|
| | IDS | |
| Jacobson Rodrigues | Ministério do Meio Ambiente – MMA | Brasília - DF |
| Roberto Zanin | ICMBio | Brasília - DF |
| Charly Sanches | ICMBio | Macapá - AP |
| Gabriel | ICMBio | Montes Claros - MG |
| MEMBROS DO GT (GTAQ) E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES | | |
| Denildo Rodrigues (Biko) | CONAQ | Brasília DF e Aracaju SE |
| Francinete Pereira dos Santos | CONAQ | Alacântara – MA |
| Erika Fernandes Pinto | ICMBio | Brasília – DF |
| Fádia Rebouças | MMA | Brasília – DF |
| Iorrana Camboí | MDS | Brasília – DF |
| Albino Carlos Alves | CMDRS/Varzelândia | Varzelândia - MG |
| Adão Gregório dos Santos | CMDRS/Varzelândia | Varzelândia - MG |
| Deize Alves Pereira | E.E. Gilberto Alves Coutinho | Varzelândia - MG |
| Farlei Oliveira Gomes | Prefeitura de Varzelândia | Varzelândia - MG |
| Flávio Cardoso Borges | Sec. Mun Agricultura e Meio Ambiente | Varzelândia - MG |
| Pedro Henrique Coutinho | Sec. Mun Agricultura e Meio Ambiente | Varzelândia - MG |
| Vanessa Coutinho | Sec. Mun Agricultura e Meio Ambiente | Varzelândia - MG |
| Reinaldo dos Santos | Parque Nacional Peruaçu | Januária - MG |

Esta memória apresenta um resumo dos principais momentos e resultados preliminares do trabalho desenvolvido na oficina ocorrida no Quilombo Brejo dos Crioulos, nos dias 21, 22 e 23 de maio. Trata-se de documento parcial em processo de construção.

Participaram desta oficina os moradores do Quilombo Brejo dos Crioulos de diversas comunidades, representantes quilombolas de outras comunidades de Minas Gerais, representantes de órgãos governamentais e a equipe de execução.

PRIMEIRO DIA 21 DE MAIO

ABERTURA

Ticão - Dá boas vindas. Menciona importância de discutir a gestão territorial e ambiental como forma de buscar soluções para a questão do mau uso do território, os problemas ambientais e a organização da comunidade para fazer a gestão. Explica que é um assunto que não começou agora e que as propostas e diretrizes que vão ser feitas durante o trabalho vão somar com o que já tem sido construído pelas outras oficinas e pelo movimento.

Apresenta os membros da associação posicionados ao lado dele e explica: "acabamos de assumir a associação. Estamos engatinhando ainda. E sem Deus nada podemos fazer". Pede que todos fiquem de pé.

Paula - Neste momento, em primeiro lugar, agradecemos o senhor Jesus Cristo por termos aqui hoje um começo. Pedindo ao Divino Espírito Santo que ilumine cada um que esteja aqui, seja o pessoal que veio e todos os que estão aqui presentes. Que ele ilumine e toque no coração de cada um da comunidade. Que ele esteja aqui para nos ajudar e nos dê a direção. Essa associação é como um início. Precisamos de apoio e muita força. E principalmente Deus na frente. Um trabalho transparente em prol de toda a comunidade de Brejo. Reza Pai-Nosso e Ave-Maria.

Anna Cecília - Conduz a dinâmica de apresentação dos participantes. Primeiro os representantes das comunidades quilombolas se apresentam, depois os representantes de instituições e por fim a equipe de trabalho que está organizando e conduzindo a oficina.

MESA DE ABERTURA:

Ticão - Ponto focal do Quilombo Brejo dos Crioulos

Carlão – Verdelândia (parceiro da comunidade)

Jacobson - Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Biko - Coordenação Nacional Quilombola (CONAQ)

Raquel - Instituto Socioambiental (ISA)

Valquiria Cardoso - prefeita de Varzelândia

Albino - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Varzelândia.



Mesa de abertura da Oficina

Biko - Atualmente sou coordenador nacional e fico em Brasília. Para nós, estar em Brejo dos Crioulos é importante e especial. Realizaremos 8 oficinas sobre Gestão Territorial e Ambiental e Brejo dos Crioulos foi contemplado com base em critérios. A luta não começa a partir da constituição de 88. Nossa história começa quando o primeiro navio chegou na costa brasileira. É muito importante a gente visitar e compartilhar com vocês nesse espaço.

A CONAQ é uma organização nacional, está em 24 estados brasileiros. Somos mais de 6 mil comunidades, cerca de 16 milhões de pessoas, quase 5% da população brasileira. É um número muito significativo.

Passamos hoje por um momento muito difícil. A abolição da escravidão tem 130 anos, mas até hoje não evoluiu como deveria. Nós éramos considerados marginais. Tudo de ruim era associado à palavra quilombo: baderneiro, ladrão, criminoso. Passados 100 anos da abolição, nós aparecemos na Constituição de 88. E nesses 100 anos sofremos com a política de embranquecimento, lei da vadiagem, a proibição da capoeira. A carteira de trabalho, quem não tinha, ia pro xilindró. Esse era o jeito de fazer a gente voltar de novo pra senzala. Nós entramos na Constituição, e mesmo após esses 30 anos, pouco se avançou. O pouco que se avançou estamos agora perdendo com a atual conjuntura. A SEPIR que tinha status de Ministério hoje é só uma Secretaria, o Ministério de Desenvolvimento Agrário virou uma Secretaria. Isso é muito ruim porque temos uma demanda de 6 mil quilombos. O número de quilombos titulados não chega a 200. E temos uma série de quilombos com sobreposição de empreendimentos. Nós hoje estamos fazendo enfrentamento direto para o agronegócio não se instalar nos nossos territórios. As fronteiras agrícolas não tem mais onde se instalar, só restou os nosso territórios. Além disso tem interesse no subsolo, os minérios. E temos água também. Então nosso territórios tem muitas riquezas.

Se nós estamos hoje em Brejo dos Crioulos é porque nossa história não começou agora. Começou com nossos antepassados que lutaram e resistiram. Nós somos

frutos desses que resistiram e que lutaram tanto. Para nós da CONAQ é estratégico estarmos aqui. Brejo é um símbolo da luta pelo direito a terra e direito a vida. Para nós, a retomada do território é estratégico, não estamos roubando nada de ninguém. Nós estamos pegando o que é nosso, aquilo que os nossos antepassados deixaram. Se o Estado não consegue fazer o processo de reparação, então a gente vai fazer na marra. Porque para alguns é sempre dado tudo, e para outros não. Esses espaços são espaços de reprodução de vida. Em momentos de crise como o que vivemos hoje, é o setor dos recursos naturais que eles mais vão avançar. E onde se encontram esses recursos? Estão nos nosso territórios porque os rios não nascem na cidade. Nascem nos nosso territórios.

Então precisamos entender o nosso papel e dos nosso territórios. Como gerir o território para produzir alimento com qualidade. Vamos para o ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) aqui em Minas Gerais, onde tem vários *stands* de produtos agroecológicos produzidos pelos quilombolas. Nossos territórios são espaços de alimento para a vida. A gente sabe que do outro lado da cerca, eles não estão nem um pouco preocupados com o nosso território e com a nossa vida. Eles estão preocupados em sugar todos os nutrientes até acabar e irem para outro lugar. Nós não, nós não queremos fazer isso. No nosso território repousa toda a nossa história. Então é importante a gente parar e pensar nisso.

O momento é difícil e vão querer tirar da gente, temos que estar preparados. E nesses espaços de formação e capacitação que a gente se prepara para as batalhas que estão a frente. Agradeço estar em Brejo dos Crioulos, um símbolo da luta e, (voltando-se para Ticão), Ticão, dizer que ficamos muito felizes de viver essa retomada dos territórios. De ser vocês com essa garra, tirar a cerca do fazendeiro. Se a cerca estiver lá, precisa tirar e ocupar. Desejo a todos uma ótima oficina.

Jacobson (MMA) - Trabalho no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e agradeço a oportunidade de podermos estar aqui. Agradecer ao Ticão e pedir licença para conversar com vocês. Desde 2013 e 2014 temos feito com a CONAQ essas oficinas para discutir a Gestão Ambiental e Territorial. Nós acreditamos que essas áreas são muito importantes para nossa sociedade, pela construção do país. Além da produção e do alimento para o país, os territórios também são importantes para conservação do meio ambiente. Mais de 85% dos territórios quilombolas estão protegidos. Além da luta pelo território, as comunidades quilombolas são importantes para a cultura do país, então queremos discutir com vocês essas experiências de gestão. E com isso, contribuir para acessar os direitos a educação, a regularização fundiária, o direito a conservação do meio ambiente. Sabemos que não se pode falar em direito a educação, saúde e meio ambiente sem falar em regularização fundiária dos territórios.

Então vamos pensar como construir a Política Nacional que seja vantajosa. Queremos conversar sobre direitos porque não adianta escrever projetos e projetos e não garantir os direitos fundamentais.

Raquel (ISA) - Bom dia, a gente é do Instituto Socioambiental. Nós somos uma ONG (Organização Não Governamental) e a gente tem uma grande honra de estar aqui com vocês. Nós temos a função de organizar essas oficinas sobre a gestão territorial e ambiental. A gente tem um grande desafio porque os territórios quilombolas são muito ricos e diversos. São muitas particularidades que precisamos olhar. Os territórios produzem muita riqueza e conservam a natureza, mas o papel que esses territórios têm, esse modo de vida de vocês, esse jeito de organizar, isso ainda não é reconhecido nem pelo Estado. E precisa ser reconhecido. Então precisa reconhecer isso para ajudar outros temas como saúde e educação. E é sempre um aprendizado para nós. Com esta sétimas oficina, passamos por todos os biomas, isso mostra que os quilombolas estão em toda parte pelo país.

Ticão - Brejo é uma comunidade que lutou muito de 1930 a 1960. Aqui foi formado no tempo da escravidão. Tem mais de 300 anos. Aqui antes era só São João da Ponte, aí Varzelândia emancipou e depois Verdelândia. Então agora nosso território está em 3 municípios. Tem uma boa parcela de terra no município de Varzelândia.

A revolução verde expandiu muito, a criação de gado para corte começou, e então começou o conflito. Antes era tudo mata fechada, mata seca em cima e na parte baixa era mais alta. E tinha muita água. Aqui não precisa de adubação, a terra é muito fértil. Mas aí começou o desassossego dos quilombolas. A justiça era do coronel, era o tempo do coronelismo, a gente não tinha a quem recorrer. Eles conseguiram nos encurralar, mas não conseguiram nos expulsar. Vivemos enchiqneirados em nosso próprio território e ficou difícil porque a gente vivia de extrativismo de caça, de lenha, de pesca.

Até que chegou a Constituição. Viemos saber do artigo 68 e do Decreto 4887. O procedimento administrativo do Decreto é muito bom, ele fecha mesmo para o fazendeiro. Então agora vamos pra cima e vamos ganhar porque naquele tempo não tinha lei, mas agora tem.

Aqui tinha aquele grande criador de boi de corte, o maior produtor de boi de corte de MG tinha fazenda aqui. Aqui é um lugar muito importante para gado. A gente ocupou e lutou, mas vários companheiros foram presos. A gente saía da fazenda e voltava. O juiz queria pegar o fazendeiro porque a fazenda dele não tinha reserva, a reserva da fazenda dele era aqui no Orion. Aí nós viemos pra cá e aí deu a causa pra nós. A idéia dos fazendeiros era nos dispersar. Aqui em Araruba era terra de santo e virou um ponto estratégico. A gente ia, ocupava as fazendas, era despejado, aí vinha pra cá, atacava de novo, era despejado de novo, voltava pra cá. Foram 11 despejos. Eles contratavam pistoleiros para nos atacar (após a Linha do Tempo são apresentados relatos com outros detalhes desta história).

Hoje temos 80% do território na mão. Ainda falta uns 20% para titulação estamos aguardando o INCRA, mas parou, tá lento não tem proposta nenhuma. Mas estamos vencendo. Tiraram os grandes, ainda falta tirar os pequenos. Tem um problema que o INSS ainda não reconhece os documentos aqui (este problema é

detalhado no final do segundo dia). Tamo lutando vamos pra cima do INCRA, vamos continuar lutando para ser titulado.

Esse processo de gestão territorial é importante porque a gente vê essas falhas nas regras e diretrizes, cada coisa no seu lugar, a educação ainda é convencional. Os nosso alunos de ensino médio ainda não entendem a história de nossas comunidades. É falha da educação isso aí. Visitei os Xacriabá, e lá o menino de 9 anos tinha na escola a história de sua comunidade. Os indígenas dentro das escolas deles são educados para isso. Você vai na aldeia indígena e tem várias lideranças. Precisamos aqui também, porque nós estamos ficando velhos e não vemos lideranças novas. E hoje é tudo pela educação. A criança passa 9 anos na mão do professor. Então precisa conhecer os direitos das comunidades quilombolas. Tem mais de 506 comunidades quilombolas em MG e eu vi o tamanho da carência de saber que têm essas comunidades. Aqui em Brejo a gente entendeu isso porque fomos “pra cima”.



As comunidades tem medo de brigar porque acham que não tem direito. Nós quilombolas não sabemos a força que temos. O INCRA diz que é mais fácil desapropriar os ricos porque eles têm mais. E se desapropriar um pequeno, a imprensa pode falar mais (mal) de nós. Mas para os quilombolas, quanto mais rico, mais o povo tem medo de lutar. Aqui não foi fácil, não. Aqui foi um território que quem conseguiu tirar o fazendeiro fomos nós mesmos. E Temos que ter professor para trabalhar nessa linhagem.

Albino - Queria agradecer o companheiro Ticão e parabenizar pelo evento. Sou vice presidente do Conselho. Em 97 começou e 2007 comecei nesse Conselho trabalhando com agricultura familiar. Ela é forte no micro crédito. O norte de Minas ele ganha do nordeste em falta de recurso hídrico, falta chuva. Isso vem dificultando o agricultor. Homens e mulheres guerreiras para dar sustento a suas famílias. Parceria da imater, secretaria de agricultura, sindicato dos trabalhos rurais e associação. Os territórios quilombolas estão inseridos nesse processo de emitir a DAP que hoje é um gargalo. O agricultor familiar tem dificuldade. E a prefeitura tem esse desafio de apoio aos quilombolas, de fazer a concessão da DAP para assentado e quilombola. Eles tem direito e um aval da Fundação Palmares, mas aqui não existe. O MDA tem que explicar isso. Desejo um bom seminário para todos.

Biko - Só lembrar que as comunidades quilombolas foram inseridas como público da reforma agrária (Política Nacional de Reforma Agrária). E pode acessar um crédito de R\$ 5.200, o crédito emergencial que inclui equipamentos de casa. Isso está entro

da linha de crédito de produção, que tem a linha de fomento e a linha de custeio. Esse programa também possibilita a formalização de parcerias com as prefeituras para outras questões como estradas e outras necessidades. Quando Brejo colocar as famílias no cadastramento do SIPRA, em qualquer computador pode baixar e emitir a DAP e outras declarações para acessar os benefícios como auxílio maternidade. Mas é necessário fazer o cadastramento do SIPRA no INCRA.

Valquiria - Bom dia. É um prazer estar aqui recepcionando o Brasil. Tem pessoas aqui de toda parte do Brasil em Varzelândia. Sintam-se em casa aqui na nossa cidade. A comunidade quilombola de Brejo, parabênizo o Ticão como atual presidente. Sei que são muitos desafios, mas que vocês tenham muito sucesso. Varzelândia tem uma fama de cidade acolhedora. Que vocês tenham um bom trabalho. Amanhã vou para a marcha dos prefeitos, para conseguirmos pros nossos municípios os direitos que nos é negado. Royalties do petróleo que deveríamos estar recebendo e não vem. Temos varias audiências inclusive uma delas com o INCRA. Protocolamos lá o pedido para cascalhamento desta estrada para acesso a comunidade que é nosso maior território em Varzelândia. Com determinação e coragem temos enfrentado, não estamos fugindo de estar perto das pessoas. Por isso queria estar aqui nesta manhã.

As pessoas estão perdendo emprego. Fui surpreendida com uma dívida de 1 milhão da gestão anterior e vou ter que negociar. Em um município que não tem fábricas, a única coisa que gera emprego aqui é a prefeitura. Sou conhecida como mulher pedona porque precisamos apoio. Estamos aqui com nossa equipe da secretaria de agricultura que estão aqui para apoiar a comunidade. A gente acredita na agricultura e por isso estamos entregando dois tratores. Potencialidades de Varzelândia é agricultura e pecuária. Somos parceiros da comunidade quilombola. Se dermos condições de vocês ficarem aqui, não vai precisar ir para a cidade pedir emprego. Sei das lutas quilombolas. Vocês estão de parabéns por chegarem onde chegou. Mas sei que precisam de apoio dos governos municipal, estadual e federal. O que seria do Brasil se não fossem vocês que fizeram a nossa história? Tenham na prefeitura de Varzelândia uma parceira. Não vou poder ficar na oficina, mas a equipe vai ficar para aprender e colaborar.

Romeu – Declamou versos que criou sobre a luta quilombola:

Quilombo, quilombo
Não vive cansado
Melhor viver lutando
De que ser escravizado

Nós somos dos quilombos
Viemos pra lutar
Nós somos as raízes
De um povo sofredor
Quilombo dos Palmares
É o nosso protetor

Se sente, se sente
Quilombo esta presente
Na luta pela terra
Ele nunca esteve ausente

Reforma ganha quando?
Já!
Dona Dilma vem aqui
Traz café pra nós beber
Eu não vim aqui pra passear
Vim aqui pra você assinar
Bambaia,
O presidente que não presta
tira a calça e veste a saia

Débora – Fala do objetivo do trabalho de 3 dias da Oficina. O foco da conversa é a gestão territorial e ambiental quilombola. “Aqui tem a experiência de como fazer a gestão do território e é sobre isso que nós vamos falar. A partir do território, vamos conhecer as diferentes realidades, e a partir dessas trocas, vamos construir propostas para uma Política de Gestão dos territórios. Quais as contribuições que vocês vão querer dar para essa política? Por isso que tem tanto órgão de governo aqui, para que possa ter um diálogo com vocês e construir essa política”.

Débora mostra os passos da oficina: “ primeiro vamos abrir os trabalhos, depois fazer uma Linha do Tempo, depois ver o que vocês entendem sobre gestão territorial. No segundo dia vamos sair pelo território de Brejo para ver e trocar as experiências em campo. Não vai ser só conversa. Amanhã nosso amigo indígena vai falar sobre a PNGATI que eles já fizeram. No terceiro dia, vamos trabalhar em grupos para discutir as propostas que vocês querem incluir para a construção da política. E, soube também que vai ter uma festa com apresentação cultural para finalizar”.

Anna Cecilia – “A grande riqueza desse trabalho são as idéias de vocês. Então vamos registrar as coisas que vocês disserem”. Anna faz um quadro dos combinados incluindo os termos de autorização de uso de imagem, respeito aos horários, evitar falar paralelamente para o bom andamento dos trabalhos.

LINHA DO TEMPO

O objetivo da linha do tempo é traçar o histórico de lutas e da organização das comunidades quilombolas nos diversos estados, colocar as conquistas de direitos do movimento quilombola e situar o processo de construção das diretrizes que vão compor a Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas.

O painel reuniu datas que marcam a trajetória do povo negro no Brasil, datas que contam a história da organização do movimento, suas conquistas, os dispositivos legais e conflitos que impactam seus territórios e seus modos de vida, e também datas marcantes da conjuntura política nacional.

Os relatos sobre a história de luta da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos é apresentada logo após a linha do tempo.



Ronaldo e Jacobson constróem linha do tempo do movimento quilombola

| 1534 | 1850 | 1920 | 1930 - 1960 | 1970 |
|---|--|--|---|---|
| Primeiro quilombo citado na historiografia (Ubiratã Castro, UFBA) | Lei de Terras estabelece critérios de acesso que exclui a população negra do direito a terra | Fazendeiros compraram parte das terras e tomaram outras no quilombo Chalé - MG | <p>1930</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em Brejo dos Crioulos, os fazendeiros e seus jagunços começam a ameaçar os quilombolas devido a disputa de terras; - Padre Gangana escreve uma carta convocando a ajuda de Antonio Dó, que consegue desmontar as guerrilhas de pistoleiros que ameaçavam os quilombolas. <p>1940 a 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazendeiros voltam a pressionar os quilombolas para deixarem suas terras; - Quilombolas são forçados a assinar documentos entregando; as terras pros fazendeiros - Quilombolas não têm a quem recorrer já que a justiça local era dominada pelo coronelismo que favorecia os fazendeiros; - Processo de grilagem e ameaças encurralam os quilombolas em seu próprio território. | <p>1979 - MNU pontua a necessidade do Estado Brasileiro reconhecer as populações negras rurais</p> <p>Reserva Biológica Rio Trombetas criada pelo IBDF em território sobreposto a comunidade Mãe Domingas</p> |

1980

- Quilombolas participam de encontros pré-constituintes (meados de 80)

1986 (ago)

- Conferência "O Negro e a Constituinte" em Brasília deu subsídio à formulação do artigo 68

1988

- Promulgação do Artigo 68 da ADCT
- Criação da Fundação Cultural Palmares

1989

- Criada a Convenção 169

1990

1992 – ECO 92

1995

- 300 anos de Zumbi dos Palmares (criação do dia Nacional da Consciência Negra no 20 de novembro)
- Quilombo Boa Vista é o primeiro quilombo titulado pelo artigo 68 no Rio Trombetas – PA
- Primeiro Encontro Nacional Quilombola em Brasília (nov)

1996

- Fundação da CONAQ (12 de maio) em Bom Jesus da Lapa – BA
- Reconhecimento de 6 quilombos de Santarém

1998

- Associações quilombolas são criadas em todo o Brasil

- CONAQ participa de debates sobre Convenção 169, em Genebra

2000 a 2004*

2000 – Segundo Encontro Nacional Quilombola em Salvador - BA

2001

- CONAQ participa de Conferência de Durban (1ª Conf. Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância)
- Decreto 3912 (FHC)
- Palmares convoca primeiro encontro de lideranças de quilombos titulados;
- Criação da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos.

2002 (13 de maio)

- Presidente FHC veta o projeto de lei, afirmando que artigo 68 era auto-aplicável
- Segundo encontro de lideranças de comunidades tituladas com a participação da CONAQ. Resolvem que os encontros devem incorporar lideranças de quilombos não titulados.
- Eleição de Lula inaugura um período de construção de política pública quilombola
- Início da retomada do território pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos
- Certificação da Comunidades Quilombola de Brejo dos Crioulos pela Fundação Palmares

2003

- Criação da SEPPIR
- Decreto 4.886 – Institui a PNPIR
- Decreto 4.887
- Lei 10.639 implementa estudo da cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares (alterada em 2007 pela 11.645 com inclusão indígena)
- Terceiro Encontro Nacional Quilombola em Recife – PE

2004

- ADI 3234: DEM entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4887
- Governo Brasileiro ratifica Convenção 169 da OIT
- Governo lança Programa Brasil Quilombola, sob coordenação da Seppir

| 2005 a 2009* | 2010-11 | 2012-2013 |
|--|--|--|
| <p>2005</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª CONAPIR - Criação da Federação Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - NGOLO <p>2006 - Decreto 5758 inclui territórios quilombolas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)</p> <p>2007 - Decreto 6040 institui a PNPCT (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)</p> <p>2008</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos de etnodesenvolvimento (Conaq e MMA) inserem discussão sobre gestão dos territórios. - Estado brasileiro reconhece os quilombolas como público da Convenção 169 <p>2009</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos de Etnodesenvolvimento contemplando comunidades quilombolas no tema da Gestão territorial - 2ª CONAPIR | <p>2010</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial - Reconhecimento de Brejo do Crioulos (INCRA) <p>2011</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª Marcha da CONAQ em Brasília - 4º Encontro Nacional Quilombola no Rio de Janeiro - RJ - Portaria 419 interministerial (inclui consulta às comunidades quilombolas em casos de impactos empreendimentos) | <p>2012</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem início o julgamento da ADI 3239 contra o Decreto 4887 com voto do ministro Peluzo. - Resolução implanta Educação Escolar Quilombola - Conaq abre sede em Brasília - Congresso aprova novo Código Florestal e cria o CAR - RIO +20 - Primeira Conferência de ATER Brasília <p>2013</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3ª CONAPIR - Portaria 429 cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discussão do CAR que resultou criação do grupo para discussão de Plano Nacional de GTA Quilombola |

***Década de 2000:**

- movimento conquista participação em conferências nacionais de ater, segurança alimentar, igualdade racial, desenvolvimento rural sustentável, educação, saúde, juventude, meio ambiente;
- criação da maior parte das coordenações estaduais quilombolas
- comunidades começam a participar de políticas públicas de acesso crédito.

| 2014-2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|--|--|--|
| <p>2014</p> <ul style="list-style-type: none"> -Início do planejamento das primeiras oficinas para discutir Gestão Territorial e Ambiental em Território Quilombolas - Publicação do Plano Brasil Quilombola, aprofundamento do debate sobre implementação de políticas públicas, criação do eixo socioambiental. - Criação da Mesa Nacional Quilombola no INCRA para discutir Regularização Fundiária - Criação de GT quilombola sobre educação em MG <p>2015</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcha das mulheres negras - Surge a Negra Anastácia, na plenária nacional, para ser a instituição com personalidade jurídica de representação quilombola -Início do primeiro ciclo de oficinas sobre GTAQ em comunidades quilombolas | <p>Impeachment da presidente Dilma Roussef fere ordem democrática brasileira e gera retrocessos nas políticas públicas</p> <p>CONAQ cria o GT para CAR quilombola</p> <p>Segunda Oficina Nacional em Brasília encerra o primeiro ciclo de Oficinas sobre GTAQ</p> <p>Consolidação da Minuta Preliminar de Diretrizes sobre GTAQ a partir do primeiro ciclo de Oficinas</p> | <p>- 5º Encontro Nacional Quilombola em Belém - PA</p> <p>5 territórios quilombolas são contemplados em edital do MMA com colaboração da CONAQ para projetos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola</p> <p>Negra Anastácia e ISA são contratados pelo MMA para conduzir o Segundo Ciclo de Oficinas do processo formativo e informativo sobre GTAQ</p> <p>- Um dos anos mais violentos para o movimento quilombola: 22 lideranças assassinadas (dado: CPT)</p> | <p>STF julga constitucional o Decreto 4887</p> <p>Primeira Oficina no quilombo Frechal – MA abre as Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo de Oficinas sobre GTAQ</p> <p>-FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água)</p> <p>- Em MG, Decreto 2677 estabelece a prioridades de professores quilombolas em escolas quilombolas</p> |

Ticão e Paula (quilombolas de Brejo dos Crioulos) deram relatos que detalham um pouco mais o histórico de resistência das comunidades de Brejo dos Crioulos em permanecer em seu território e as lutas para retomar as terras que foram retiradas pelos fazendeiros. Parte desses relatos encontram-se no box abaixo.

HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA EM BREJO DOS CRIoulos

“Meu avô Plácido tava na idade de 90 anos, morava na terra dele aqui em Brejo, na comunidade Caxambu. Lá pelos anos 55, chegou o fazendeiro Zé Maria, meus tios davam na roça trabalhando, fazendeiro foi na casa do meu avô, levava coisas pra agradar o velho, e os filhos sempre falando “esse homem lhe agradando, será que ele não tá querendo alguma coisa?”. Até que um dia ele pediu pra ver o documento da terra. Meu avô disse que tinha e mostrou pera ele. O fazendeiro levou o documento pra São João da Ponte e dizendo que o cartório disse que o documento não valia. Quando ele trouxe de volta o documento, veio falando que só o seu Plácido podia ficar na terra, que todos os filhos deles não podiam mais ficar porque a terra era dele. Mas a maioria permaneceu. Ele proibiu plantar roça, começou a cerca a fazenda, dividir, não podia mais criar. Aqui era convivido que todo mundo sabia de quem era o animal de cada um pelo ferro. Não tinha cerca, era tudo criado solto. Daí como não tinha como, os filhos ficaram passando fome. Então o fazendeiro deixou plantar, mas tinha que

meiar a produção de feijão, milho, fava com o fazendeiro. O avô morreu e as famílias ficaram encurraladas dentro do círculo. Em redor tudo era fazendeiro. Tivemos conhecimento com o antropólogo João Batista, ele veio ajudar a gente. Não sabia que tinha direito. Isso foi lá pra 88, ou 89” (PAULA)

“Até a década de 1930 Brejo era um território livre, terra de ausente, que hoje é chamada de terra devoluta. Tinham 6 grupos familiares que viraram as comunidades. Então o governo manda dividir essas terras, duas grandes fazendas, Arapuá e a outra Morro Preto. Brejo se encontrava dentro dessas duas. Mandou o agrimensor dividir terra e vender. É o "tempo da divisão", que a gente chama, aconteceu em 1930. Foi quando acabou o nosso sossego.

Vivíamos de extrativismo, de peixe (surubim, curimatá, piau, mandi, peixes grandes e pequenos); de caça (de javali, capivara, veado, paca, onça, caititu); frutas naturais (embu, goiaba, coco). Fazíamos paçoca de coco gariroba e de amendoim. Tirávamos mel de abelha jataí, europa e de uma outra que esqueci o nome agora.

Algum que tinha uma vaquinha comprou uma parcelinha de terra nesse tempo. Os outros que não tinham condição não compravam nada. Eles diziam que a terra era de Deus, ou que já eram deles mesmo (das famílias que moravam) e não compraram nada. Por causa disso, muitas famílias foram embora e outras ficaram morando com os parentes que compraram. Formou aglomeração, porque antes era mais espalhado.

Aí os fazendeiros de fora começaram a pegar terra até daqueles que compraram. Grilagem. Foram matando, esguaritando ou comprando com venda enganosa. Os mais brabos resistiram e não conseguiram tirar, mas ficaram em pequenas parcelas de terra, enchiqueirado, encurralado. Os fazendeiros não deixaram usar o território para manter o sustento das famílias. Começaram a querer tirar os que ficaram. Foi um conflito por causa do uso forçado. Não queriam que a gente pescasse, mas pescavam, não queriam que caçasse, o povo caçava.

Os fazendeiros contrataram guerrilhas pra tirar o povo daqui. O povo sabia que as guerrilhas de pistoleiro eram de fulano, tinha outra guerrilha que era de fulano de tal. Uma dessas fazendas era do Padre Gangana. O padre tinha relação com os fazendeiros, os fazendeiros tinham respeito com eles. Ele conversa com os ricos, mas conversava com a gente também.

Era carabina contra facão e faca. Tinha um guerreiro chamado Antonio Dó, era como Lampião. Antonio Dó e Lampião eram duas forças. A situação de Brejo não podia procurar a justiça. A justiça era comendada pelo coronelismo. O maior latifundiário era Simão Campo e Olímpio Campo. Eles eram os coronéis daqui.

O padre apelou para Antonio Dó. O padre mandou uma carta para a cidade São Francisco (beira do rio Francisco) contando a situação, dizendo que ele tinha pena, que o povo era bom, que o povo tava indefeso. E pediu que ele viesse dar um jeito nessa situação, que acabasse com essa situação que essas terras eram da comunidade dos pretos e estavam indefesas. Era assim, se entregasse a terra morria, e se não entregasse morria também.

Então ele veio. Veio e esgueirou esses acampamento de pistoleiro. Mataram, prenderam, alguns morreram pro mato, outros fugiram, isso foi na virada dos anos 40.

A partir daí até 60 começou outro conflito de novo, de fazendeiros mais recentes. Já

não tinha mais Padre Gangana. Eram os herdeiros daqueles fazendeiros que foram tirados. O restante do povo de Brejo foi derrotado. Eu morava na terra do meu tio, do véio Venço (Jovenço). O fazendeiro começou o conflito pra tomar a terra dele. Era o Zé Afonso e João Gonçalo (que tava na antiga antiga fazenda do padre). Eles começaram a pegar partes da terra do meu tio. E pressionando pra pegar o resto. Punham fogo nos ranchos de taipa, punham gado na roça madura, daí ficavam com fome, tinham que sair. Os capangas matavam galinha, porco, e cachorro no terreiro (gesto de arma empunhada pra baixo). Os maridos ficavam no mato escondido, eram as mulheres que recebiam quem chegava.

Mãe Lizarda foi a que mais lutou. Mas foi e buscou o doutor Mourão, advogado. Mas ele também era dos coronéis, voltou arrasada. Então, ela pegou aquele dinheiro que ofereceram e comprou uma casinha em São João da Ponte. Mas não aguentou, daí voltou e morreu aí em Araruba. Araruba era terra da igreja, chamava terra de santo, então não mexiam. Foi por isso que o pessoal que era despejado das outras terras alguns iam morar em Araruba.

Fomos saber de quilombo por meio do antropólogo em 97. Ele fez estudo até 99. A associação quilombola foi criada em 2001. Em 2002 teve certificação da Palmares. A primeira ocupação desse processo de retomada começou em 2002. A maior foi em 2004. Nesse processo de retomada que durou até 2011, tomamos 11 despejos mais umas 6 ações proibitórias e outros tipos de processo da justiça. Fomos ameaçados, os fazendeiros contestaram contra o laudo antropológico na justiça. Em 2010 teve o reconhecimento do quilombo de Brejo. As maiores fazendas já foram desapropriadas, foram 14 fazendas, eles já foram embora. A segunda etapa é os pequenos, mas é uma coisa mais delicada (TICÃO).

Jacobson – Fala sobre os passos que foram dados para chegar até a oficina em Brejo e que o objetivo dela é construir a Política de Gestão Territorial em Territórios Quilombolas. Em 2013 foi criado o primeiro GT (com representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, da Palmares, do Ministério do Meio Ambiente e CONAQ) e desde esse momento as comunidades quilombolas foram reconhecidas como prioridade para conservação. A partir do GT criamos o primeiro ciclo de oficinas para troca de experiências e elaboramos algumas diretrizes. Esse conteúdo virou um documento, essa cartilha que está na pasta de vocês. Aqui dentro vocês encontram também informações sobre quantas comunidades quilombolas existem, uma linha do tempo com algumas datas importantes do movimento.

Então abrimos um edital para receber projetos de comunidades quilombolas que quisessem trabalhar com a gestão territorial. Recebemos cerca de 160 projetos do Brasil todo e foram selecionados 5. Para esse segundo ciclo de oficinas, o ISA foi contratado para conduzir as oficinas. No grupo que nós trabalhamos no governo a gente acredita que uma política só pode ser construída com a participação de vocês e no tempo de vocês. O movimento quilombola vai criar e vai ter que segurar essa Política. Se não for assim, ela não vai pra frente.

Então Jacobson apresenta as principais perguntas principais que orientam o objetivo das oficinas e da construção de uma Política Nacional de GTAQ.

ALGUMAS QUESTÕES:

COMO A POLITICA NACIONAL PODE CONTRIBUIR COM O FORTALECIMENTO DO TERRITORIO E DA GESTAO TERRITORIAL JÁ EXISTENTE NAS COMUNIDADES

QUAIS AS ESTRATEGIAS PRECISAM SER PROPOSTAS PARA A PROPOSICAO DESTA POLITICA

COMO ELABORAR PROPOSICOES NACIONAIS A PARTIR DAS EXPERIENCIAS LOCAIS E QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE DA REALIDADE QUILOMBOLA NO PAIS: rurais, urbanos, diferentes biomas, legislações regionais, situação fundiária, problemas internos,

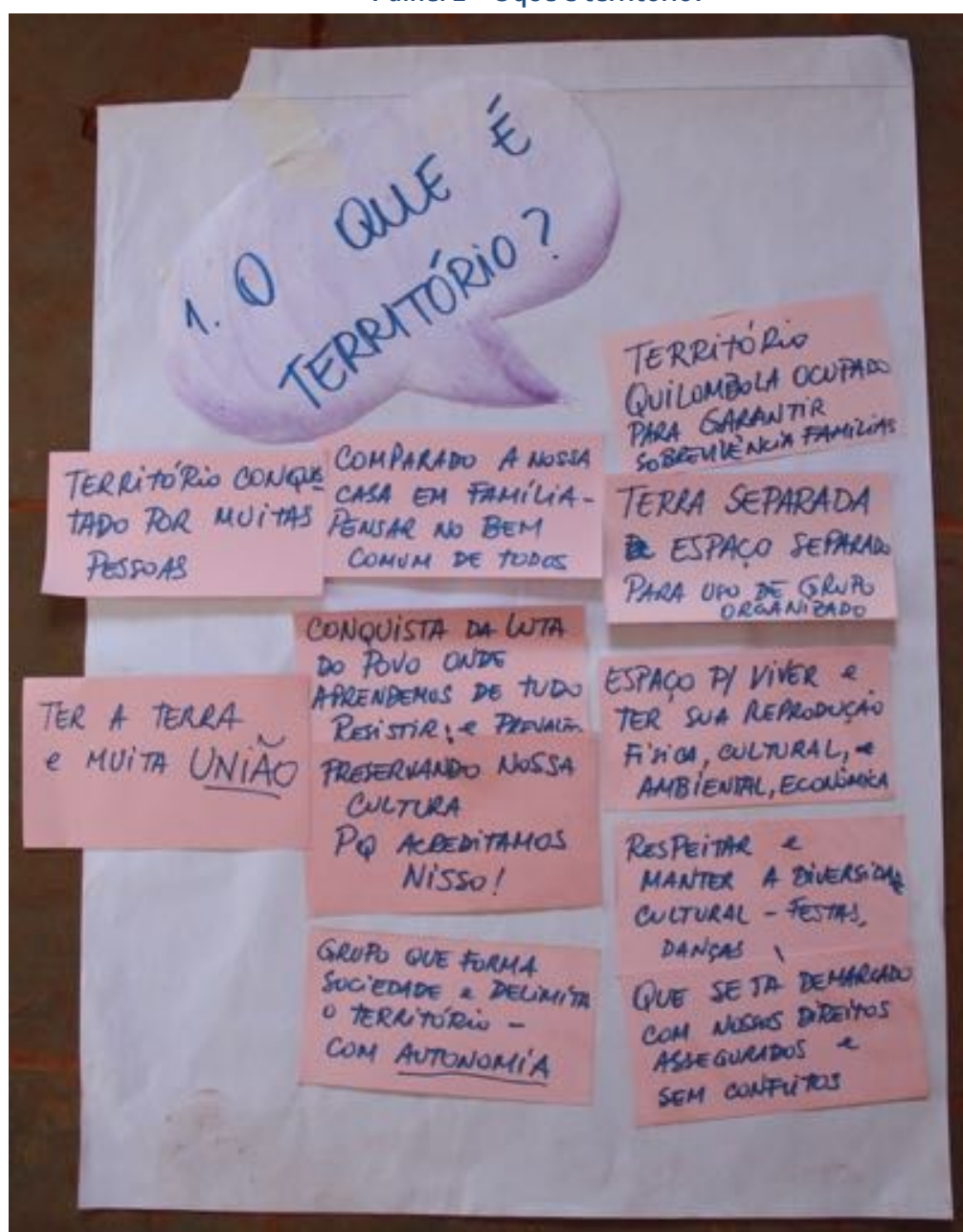
QUAIS OS DESAFIOS AMBIENTAIS ESTAO SENDO ENFRENTADOS PELA GESTAO TERRITORIAL NA COMUNIDADE; lixo e saneamento, recuperação de áreas degradadas, sementes crioulas, nascentes, criação de animais, pesca, manejo florestal, impactos ambientais de grande empreendimentos..

Raquel - fez uma breve apresentação do instituto Sociambiental. Menciona o histórico do ISA de trabalho com os povos indígenas. O trabalho com os quilombolas começou em 2002, no Vale do Ribeira. Explica que nestas oficinas o ISA tem a responsabilidade de sistematizar os conteúdos gerados e no final apresentar um documento para submeter a consulta dos representantes das comunidades na Oficina Nacional que possa contribuir para a Política Nacional.

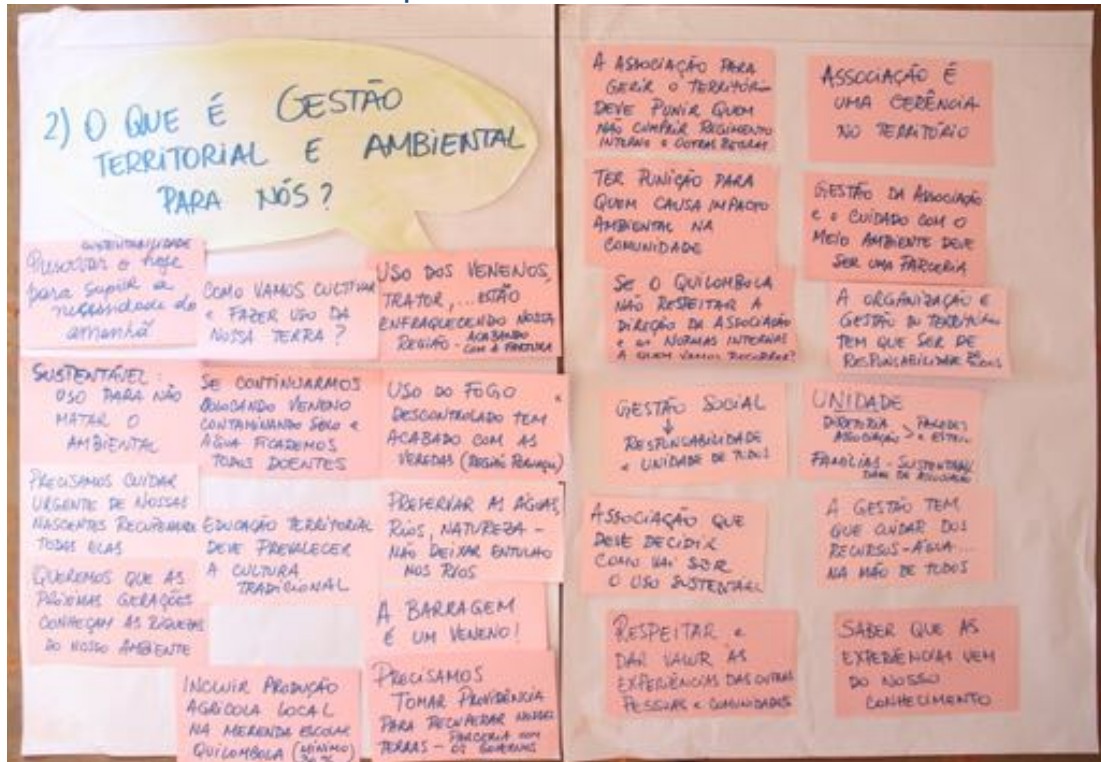
O QUE É TERRITÓRIO?
O QUE É GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL?
QUAIS EXPERIÊNCIAS QUE VOCÊS TEM DE GESTÃO ?

Os participantes da oficina conversaram entre si para responder as perguntas acima. Depois de um tempo de conversa em grupos, todos se reuniram para apresentar as respostas. O resultado foi anotado e colocados nos painéis abaixo:

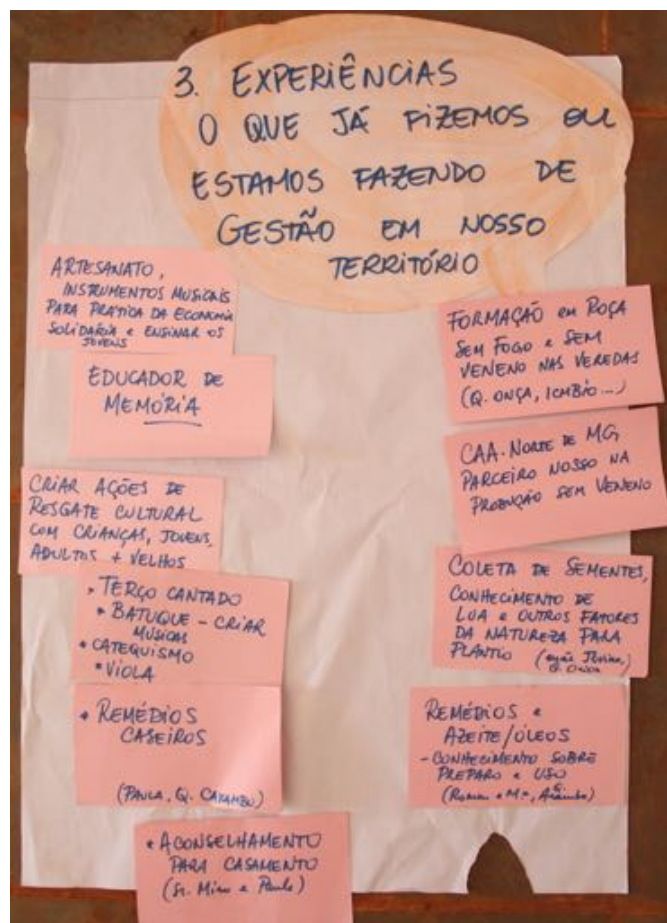
Painel 1 – O que é território?



Painel 2 – O que é Gestão Territorial e Ambiental?



Painel 3 – Experiências de Gestão que fizemos ou fazemos em nosso território



ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO DIA

No final do dia, os participantes fizeram uma avaliação dizendo o que acharam das atividades propostas.

Paula - Foi muito importante, muito especial estar aqui com todos vocês participando dessa assembleia. Precisamos ter paciência e educação para ouvir. Órgãos competentes não estão aqui por acaso. Se não aproveitar e não apreciar bem apreciado. Se não eles vão embora e a gente não aproveita. Não tá uma multidão, mas o povo que tá aqui tem que aproveitar.

Maria da Glória - Gostei muito, mas ainda não sei falar de onde vocês são. Foi muito bem aproveitada a reunião. Pedido: não pro dia de amanhã, mas uma coisa geral. Como que vamos criar uma diretriz, pensando no Brejo, para resolver nossos problemas? Porque quando tinha fazendeiro a polícia vinha na hora. Mas hoje se acontece alguma ocorrência aqui, não vem ninguém. Dois cavalos meus saíram aqui da minha comunidade e foram pra outra comunidade. Daí amarraram os cavalos por 5 dias. Liguei pra polícia, disseram que não podiam resolver e me passaram o telefone do sargento Augusto. Pedi ajuda, mas não resolveu. Então pra quem vamos pedir ajuda, quem procurar? Isso precisa sair no livro.

- Quem faz um erro deveria ser punido, precisa formar um grupo pra representar nós mesmos e pra nos fortalecer

- Tem que ter um grupo e criar um regimento e uma conscientização aqui no território, respeitar um ao outro. Polícia tem que vir mais rápido.

- Foi muito importante, só queria agradecer.

Ticão - Gostei muito da atividade. Não se constrói uma casa na areia. Tem que construir uma base para poder partir (se refere à linha do tempo). Podia ter mais gente aqui hoje.

Ronaldo - embora a comunicação tenha sido difícil na organização, eu sabia que a oficina de Brejo daria certo. Nem sempre as coisas seguem o roteiro que traçamos no nosso planejamento. Tinha limitação de gente pela infraestrutura do evento mas além disso, teve gente que tava previsto de vir e não veio.

Biko - quando pensamos na escolha dos lugares das oficinas, não pensamos na questão da infraestrutura. Pensamos em lugares estratégicos. Pra CONAQ é estratégico. Colocamos na primeira etapa Brejo está num processo de retomada de território e qual vazão será dada para esse território retomado? Se não conseguirmos trazer os alunos para cá, mas podemos deslocar um pessoal nosso pra contar porque estamos aqui. Não se traz o jovem pra luta de uma hora para outra, mas pode-se deixar uma semente nesta conversa com eles na escolas.

SEGUNDO DIA 22 DE MAIO

VISITAS DE CAMPO

As visitas de campo tem como objetivo refletir sobre a Gestão Territorial e Ambiental a partir da realidade concreta do território. Foram selecionados alguns locais e os participantes foram divididos em dois grupos. Os deslocamentos foram feitos em carros disponibilizados para este fim. Ao longo das visitas, os participantes observaram e trocaram idéias sobre os recursos naturais do território, a produção agrícola, os desafios, potencialidades e as experiências que já existem de gestão.

GRUPO 1

Visitou as comunidades de Araruba, Caxambu, Furado Seco, uma nascente e a antiga "sede" da fazenda Primavera.



Plantio de cebolinha no brejo às margens da lagoa Colher de Pau, em Araruba.



Duas variedades de feijão plantadas em Araruba.



*À esq: Ticão mostra variedades de milho e feijão plantados na roça, em Araruba.
À dir: técnica construtiva de adobe.*



Olho D'água localizado no território de Brejo dos Crioulos é preservado pela comunidade



Espécie invasora (leucena, mais alta) ameaça vegetação nativa (mangue)

GRUPO 2

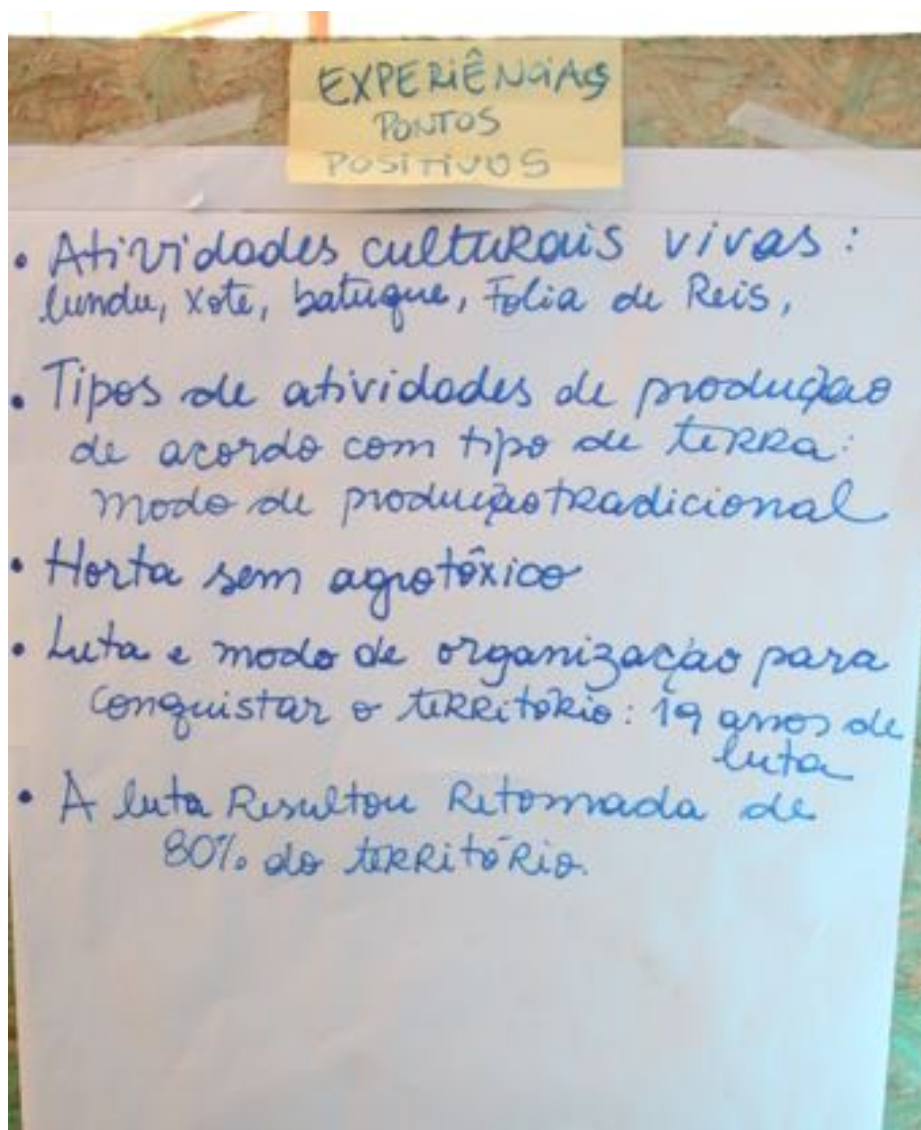
Visitou a antiga sede da Fazenda de Albino e a comunidade de Furado Modesto.



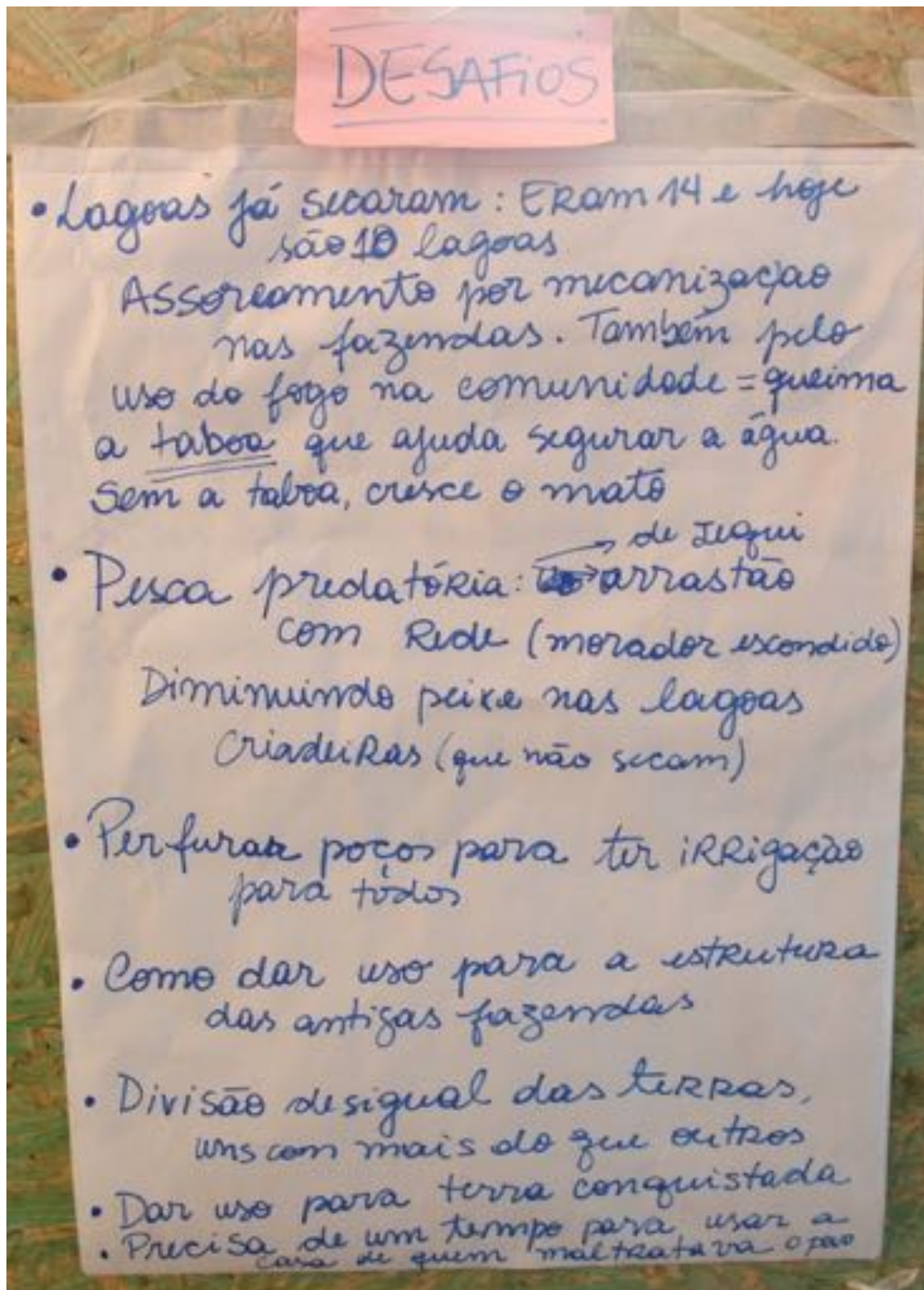
Grupo visita João na comunidade Furado Modesto, e conversa sobre as lutas pela retomada do território de Brejo dos Crioulos

Após as visitas, os participantes conversaram sobre aquilo que foi observado e falaram no grupo. Depois os dois grupos se reuniram e apresentaram. Os painéis abaixo apresentam o que os grupos conversaram sobre as visitas.

GRUPO 1 – PAINEL REÚNE EXPERIÊNCIAS E PONTOS POSITIVOS



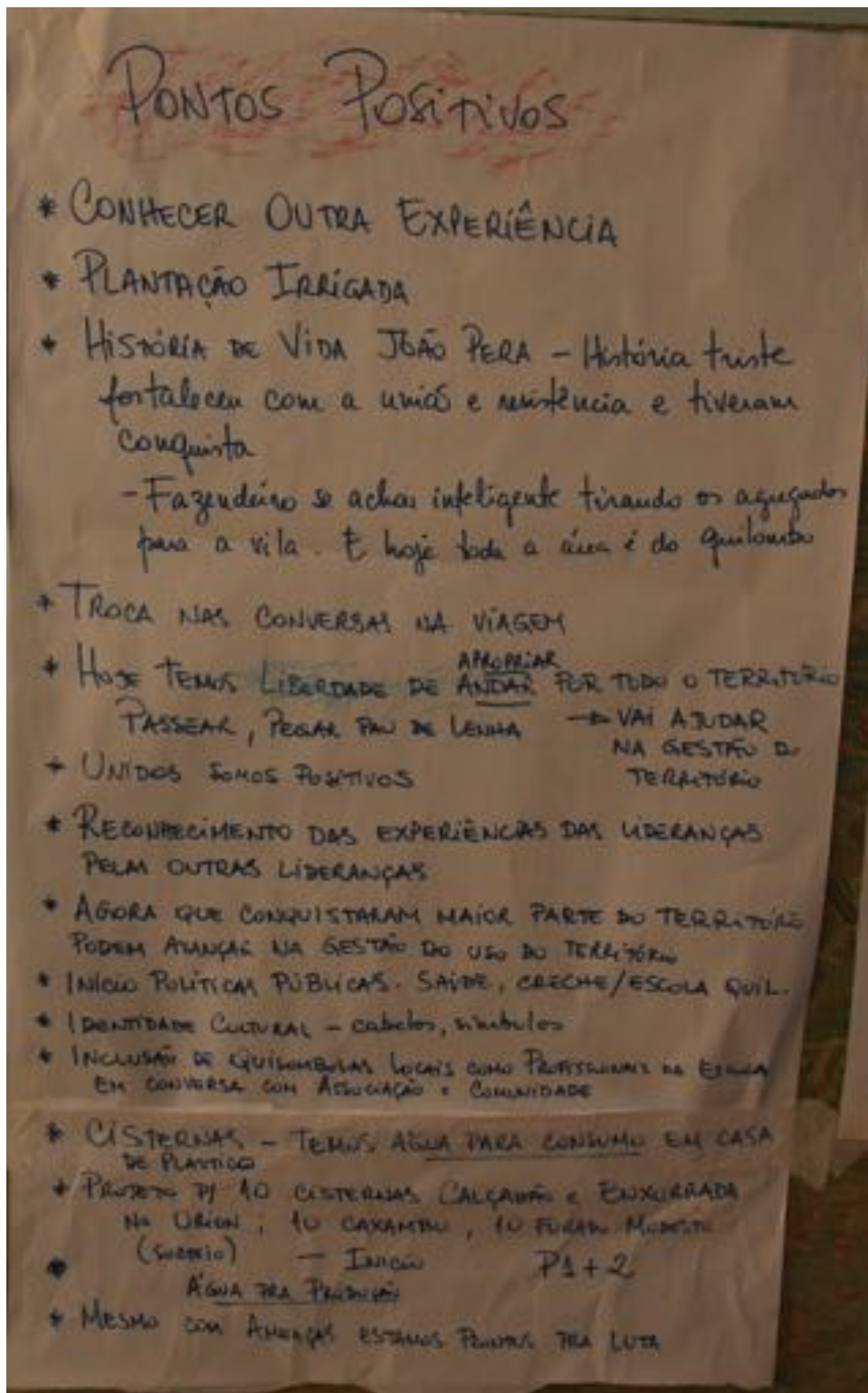
GRUPO 1 – PAINEL REÚNE OS DESAFIOS

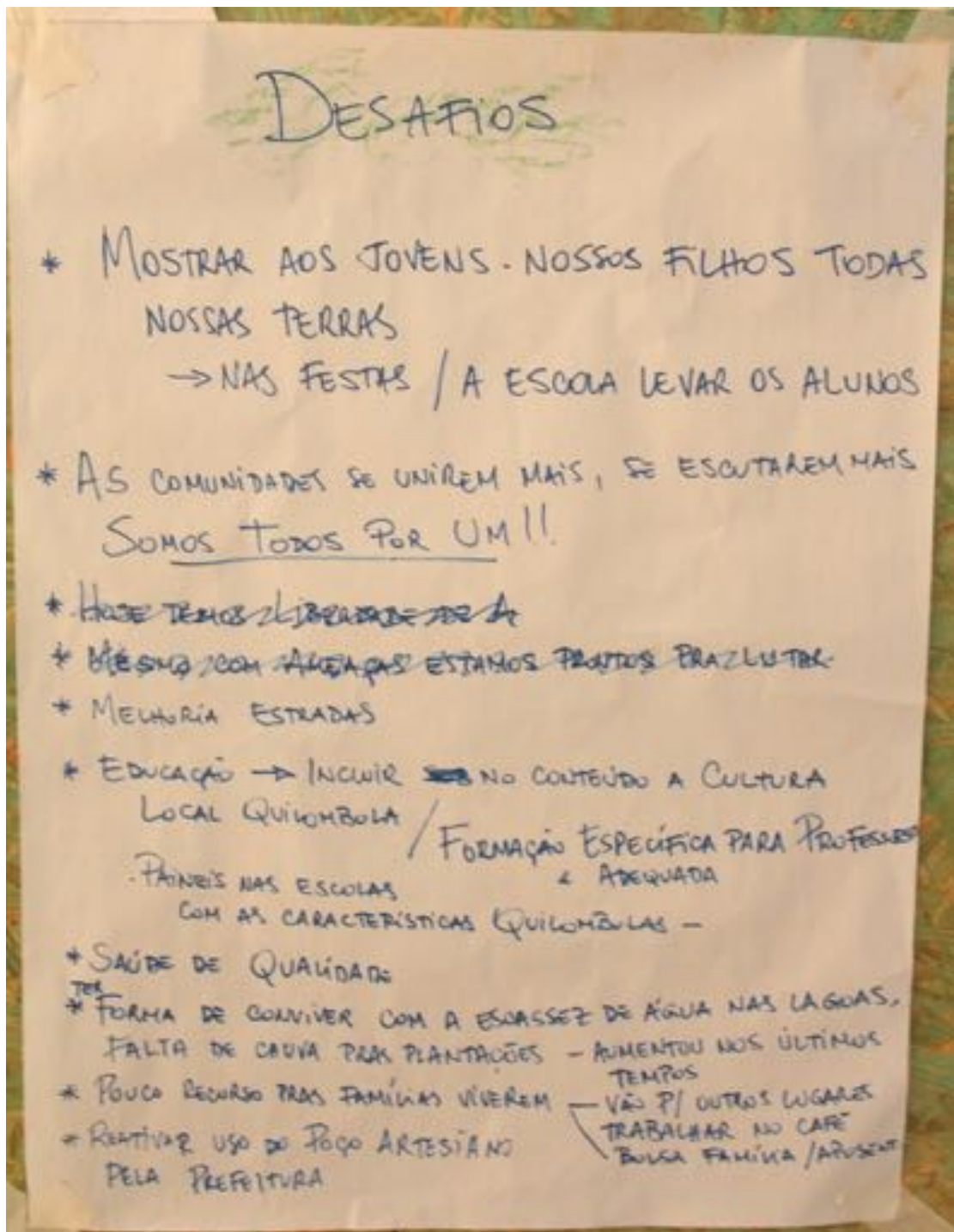


GRUPO 1 – PAINEL DE DESAFIOS (Continuação)

- Construir um PLANO para uso da terra e da infraestrutura
- Perdemos o espírito de luta pelo bem-comum e coletividade
- Brigas internas ~~entre~~ entre comunidades
Estamos perdendo o diálogo
- Cada um "cuidando do seu" gera outros problemas
- Jovens não assumem identidade ^{quitombola}
- Colocar Responsabilidades só no presidente

GRUPO 2 – PAINEL DE PONTOS POSITIVOS





A PNGATI: POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA E A PGTAQ – POLÍTICA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA

Jairã (representante do povo Tingui Botó, de Alagoas) - foi convidado a participar da oficina sobre GTAQ quilombola para compartilhara experiência do movimento indígena no processo de construção da política nacional de gestão territorial.

“Vou falar da PNGATI desde a formulação dela até a prática. A política quilombola pode ser similar mas não precisa ser uma cópia, porque a realidade quilombola é diferente. Farei um resgate histórico breve.

Constituição de 1988 apareceu após o Estado tratar o indígena como problema, depois como entrave ao desenvolvimento nacional, depois deveria ser assimilado à sociedade nacional e extinguido.

O movimeto indígena nos anos 80 foi forte, construiu lideranças que até hoje são nomes importantes.

Os indígenas foram tutelado no incío, agora tem mais autonomia e tem seus direitos territoriais garantidos na constituição federal.

Começou a surgir um cenário dentro do movimento indígena de se organizar para as políticas publicas. A PNGATI foi um decreto da Dilma em 2012. Antes dela, em 2008, teve uma portaria interministerial que contou com MMA, MDS, FIUNAI, embarca se não me engano e começaram a estudar dentro dos órgãos uma estratégia de monitoramento territorial. Respeitando a Convenção 169 da OIT, ocorreram oficinas parecidas com essas oficina que estão acontecendo aqui. Ocorreram em 5 regiões. As lideranças indígenas se deslocavam pra cidades para discutir. Era chamado de consulta.

Foi elaborado um texto final que foi analisado pela comissão nacional de politica indigenista, um conselho consultivo formado por lideranças e governo. Em 5 de julho de 2012 foi assinada a política, no dia do meio ambiente.

Vocês já fazem gestão quando preservam o rio, a flora e a fauna então porque precisa de uma política? É para que o governo reconheça essa gestão e se institucionalize. Para que vocês possam ter uma ferramenta de cobrança dos órgãos públicos. É muito comum as pressões de fazendeiros aos territórios. Se tivermos uma ferramenta que determina como vai ser essa gestão, pode proteger os territórios contra a alteração do modo de vida, contra a degradação, o agronegocio, a mineração e a especulação imobiliária. Por isso precisamos de uma política que garanta que nosso território seja gerido do nosso jeito.

Os órgãos de governo que participaram: FUNAI (que faz parte do Ministério da Justiça), o MMA, o MDS e o MS. Foi possível por causa da conjuntura organizacional do movimento indígena. A gente não espera que o governo vai fazer uma boa política. Isso parte da demanda do movimento organizado. Nesse tempo já havia lideranças que sentiam necessidade APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste e Minas Gerais e Espírito Santo), ARPIPAN, ARPINSUL, ARPINSUDESTE, COIAB, ATY GUASSU. Essa característica do povo quilombola se atentar. As organizações estaduais são fundamentais, precisam ver o que esta acontecendo nas comunidades locais.

Recurso foram estabelecidos no plano plurianual dos diversos órgãos que propuseram a PNGATI. Fundo clima, fundo Amazônia, fundo de organizações sociambientais nacionais e internacionais.

Fui instigado a responder alguns questionamentos, então lá vai:

- 1) Em que momento do mov indígena? O movimento já estava organizado e tinha uma estrutura que já tinha demanda. Tem que querer a PNGATI
- 2) Demarcações: muitas terras já são demarcadas, mas muitas não. Mas se comparado ao quilombola, é muito mais complicado. Porque os quilombolas não tem acesso aos seus territórios então como fazer a gestão se ainda não tem os território?
- 3) Quais foram os passos? Foram esses: primeiro as demandas, a gestão ja existe, a gestão do ambiente, mas precisa ser institucionalizada, o governo precisa carimbar isso aí. Buscar os ministérios, e incidir sobre os ministérios. Os indígenas tiveram menos oficinas que os quilombolas estão tendo. E precisa ter vontade política. Poderíamos passar semanas, meses e anos construindo a política mas se não for militante e não cobrar, pode não acontecer. esse governo que aí está sabemos que não sai nada.

Minha fala é restrita ao meu campo de visão. Minha visão é de onde eu estou todo dia, no semi-árido. Ações da PNGATI no semi-árido foram poucas. Os recursos da PNGATI foram destinados muito para amazonia. Onde a PNGATI foi aplicada, parece que foi muito bom as pessoas falam bem. Experiencias de viveiros de muda, formação de agentes caxinauá. A avaliação do movimento indígena como um todo é que a PNGATI é positiva e deve ser estendida e continuada. E que a gente possa continuar trocando experiência e que o movimento quilombola encampe essa luta, vista a camisa e lute pela sua política nacional e ambiental dos territórios quilombolas.

Ronaldo (CONAQ) - Para nós a PNGATI é fundamental porque os índios também são grupos tradicionais e saíram na nossa frente na construção dessa política na perspectiva das suas realidades. Importante aprender e comparar. E perceber que não são os mesmas realidades, diferenciações fundamentais para vermos.

O movimento quilombola se organiza no Brasil. As associações nos locais que

representa uma ou mais comunidades que ocupam aquele território. Temos associações estaduais com diferentes formatos. Em MG tem uma Federação. No Rio de Janeiro tem a “Associação” das comunidades. No Pernambuco é “Coordenação”. E temos a CONAQ que é a Coordenação Nacional. Temos em alguns casos associações de municípios, ARQMO de Oriximina, FOQS de Santarém. Mas isso não é o comum. Diferenças dos idiomas é uma diferença com relação ao movimento quilombola. Isso diferencia do quilombo.

A crítica feita à PNGATI é a questão de para onde se destinam os investimentos e não a PNGATI em si. Temos um diálogo para que o Fundo Amazônia possa ser nacional e destine recursos para fora desse bioma.

O quanto é desafiador para nós estar construindo uma PGTAQ. Para nós da CONAQ não é novo participar de construção de política pública. Talvez somente o artigo 68 é anterior a CONAQ. De resto, todos os marcos legais, que existem hoje são posteriores a CONAQ e todos tem o dedo da CONAQ. Pode ser que nem todas as políticas tenham a nossa cara, mas isso porque o movimento negro tem divisões.

É verdade que o governo do PT demarcou poucas terras indígenas mas é preciso entender porque. Tem a ver com a conjuntura.

Temos duas décadas de organização nacional. É muito novo. As vezes eu me pego tendo pena de nós. A CONAQ é um exemplo de movimento social na América Latina. Estamos no Brasil inteiro que estão nos articulando nas situações mais adversas. Quem andou por Brejo e viu a situação de Brejo e no Brasil, percebe. Somos uma potência. Todo mundo acredita que não tem mais jeito e volta pra chorar em casa.

Há 130 anos atrás nós não éramos gente. Não estou dizendo que não éramos cidadãos. Não éramos gente. “Tentaram nos enterrar, mas esqueceram que nós éramos sementes. A gente brota”.

Foram 100 anos de esquecimento. Estamos aqui 130 anos após a falsa abolição ousando disputar com os governos. Como o companheiro Biko costuma dizer, nós somos a última fronteira do agronegócio. Ele tem que crescer, e segue devorando só que agora esbarrou em nós. A experiência de manhã com a dona glória mostrou que acontece no brejo. Mananciais de água e reservas de florestas devastadas, fazendeiros botando boi na porta, trator.

Nós sabemos fazer gestão, fazemos a 500 anos. Mas precisamos que isso seja recepcionado pelo Estado. Precisamos de política pública. Precisando de recurso.

Dizem que tem muita terra pra muito índio. Muita terra pra muito negro. Mas tem fazendeiro que tem muita terra sozinho. O agronegócio tem sua produção assegurada pelo Estado. Aqui os agricultores perdem sua produção por questões climáticas, mas se fosse o fazendeiro não perdia porque o Estado garante as condições para não perder.

O dia que tivermos essa condição nos nossos territórios, indígenas e quilombolas, será a revolução.

Biko - A gente pensar, diante desse cenário e da diversidade que somos a fronteira e mesmo sem condição nenhuma nós colocamos alimento saudável na mesa. Os rios não nascem na cidade, nascem nos territórios. E somos nós que protegemos essas nascentes que levam vida e saúde. Não vão nos derrubar. Tomaram para que nós estejamos aqui. Nós conseguimos mudar o regime do país, nós derrubando o regime escravocrata. Esse medo que a casa grande tem da gente ter casa, entrar na universidade. Se nós entrarmos, a história muda.

TERCEIRO DIA 23 DE MAIO

Para construir as propostas de diretrizes para a Política Nacional, os participantes se dividiram em grupos temáticos. Um grupo sobre atividades produtivas, outro grupo sobre integridade do território e conservação ambiental .



Grupo reunido na Oficina em Brejo dos Crioulos constrói proposições para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola.

Proposições

1. Especialmente na região de semiárido, garantir financiamento para diferentes formas de armazenamento e distribuição de água para produção (plantio irrigado e hortas) e consumo humano, por exemplo, barragem, cisterna calçada, cisterna enxurrada, cisterna telhadão.
2. Apoiar elaboração e renovação de acordos e regras para acesso e uso da água visando garantir o cumprimento.
3. Medidas de recuperação das nascentes, das grotas e toda a bacia hidrográfica.
4. Recuperação das lagoas para garantir a criação de peixe e armazenamento de água.
5. Medidas para evitar novas degradações das bacias, por exemplo, reduzir impacto da construção das estradas.
6. Contratação prioritária de jovens da comunidade para trabalhar como técnicos agrícolas e extensionistas nos programas municipais, estaduais e federais (a exemplo da normativa estadual de Minas para a educação)
7. Garantir a continuidade dos programas de água e a inclusão de novas famílias que surgem na comunidade
8. Aumentar o número de vagas e oportunidades de formação para jovens na área de produção e também recuperação ambiental
9. Capacitação para a produção sem agrotóxico já realizada pelas comunidades
10. Apoiar atividades de comercialização da produção, destacando a origem quilombola (ex: selo quilombola).
11. Criar banco de sementes para guardar as variedades tradicionais e ter a semente disponível no tempo certo.
12. Implantação de viveiros de mudas para comercialização e uso pela comunidade.
13. Garantir assistência técnica e extensão rural contínua de acordo com as potencialidades e prioridades de cada comunidade/família
14. Levantamento das atividades realizadas e avaliação do potencial de geração de renda, considerando atividades das mulheres e dos mais velhos e dos jovens (por exemplo, artesanato, instrumento musical, gamela, cesta, balaio, chapéu, moveis, ervas e plantas medicinais).
15. Garantia de Seguro agrícola para territórios quilombolas;
16. Apoiar comunidades para conhecerem outras atividades econômicas adequadas ao tipo de terra/solo e interesse das pessoas
17. Financiamento simplificado dos projetos e atividades econômicas das famílias/comunidades
18. Diminuir burocracia para acesso a DAP, financiamento e outras políticas públicas considerando a realidade dos territórios não titulados.
19. Revisar regras para que a renda do aposentado não exclua a família dos programas sociais e de geração de renda.

Proposições

1. Ter os espaços coletivos garantidos no território;
2. Melhor entendimento do que é território – “sem cercas” – precisa ter preparação da comunidade para receber a terra de volta;
3. Apoio para construir os acordos de gestão interna – planos para usos, projetos de gestão/recursos para viabilizar os planos;
4. Buscar apoio de parceiros/assessorias (planos) para ajudar a discussão dos usos, gestão (assistência técnica);
5. Autonomia das comunidades para definir os modelos de usos de produção
6. Fortalecer a organização interna – governança do território;
7. Criar estruturas de governança internas (conselhos, grupos);
8. Fortalecimento das escolas quilombolas;
9. Enfrentar o racismo institucional enfrentado pelas comunidades junto aos órgãos;
10. Respeitar as potencialidades de cada área (carrasco, várzea, mata seca);
11. Reforçar a identidade “quilombola” junto aos jovens;
12. Fortalecer a união interna;
13. Elaborar planos e protocolos comunitários;
14. Sobre os usos: ter os espaços individuais/por família - especialmente de produção, mas tem também os coletivos, vários setores de produção e espaços compartilhados (rios, lagoas, matas compartilhadas, assim como alguns currais e áreas produtivas);
15. Como tratar os conflitos internos – aqueles que desrespeitam os combinados, o regimento, os acordos;
16. Fiscalização do território, monitorar invasões, interação de recursos por pessoas de fora;
17. Acionar o MPE/MPF sempre que a comunidade não conseguir resolver os conflitos causados pelo descumprimento das regras internas;
18. Conciliar a legislação ambiental com os usos tradicionais – buscar um equilíbrio;
19. Respeito às áreas / limites de uso pela comunidade;
20. Acesso a programas públicos para recuperação de áreas degradadas respeitando as características do local/bioma;
21. Consulta livre prévia e informada para os empreendimentos e ações que aconteçam e estejam causando impactos no interior e no entorno dos territórios;
22. Coordenação da FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES nas regiões assim como tem na FUNAI (criar);
23. Estabelecer e fortalecer parcerias;
24. Formação sobre os direitos quilombolas para as comunidades e órgãos públicos;
25. Garantir a participação das comunidades quilombolas nos espaços de formação, comitês de bacias, CONDEMAS, etc;E
26. Evitar caça e pesca predatória nos territórios;
27. Agilizar o processo de certificação das comunidades pela Fundação Cultural Palmares;

Grupo - Cultura e Identidade organização e formação para a gestão do território

Proposições:

1. Resgatar as manifestações e práticas culturais das comunidades quilombolas
2. Incluir no currículo das escolas quilombolas a temática da identidade e cultura
3. Fortalecer a identidade dos jovens, com o objetivo de demonstrar que a vida quilombola faz parte do mundo, do futuro e da formação da juventude.
4. Registro da memória identidade coletiva
5. Fortalecer a Lei 10.639-2003 nas escolas quilombolas
6. Promover e realizar oficinas de resgate da vivência do batuque, dos ensinamentos para juventude, para que os mesmos aprendam a dançar e tocar o batuque.
7. Valorizar os mestres tradicionais como educadores reconhecer a profissão e remunerar.
8. Dar funcionalidade aos telecentros e outros equipamentos de comunicação para a inserção e formação da juventude, no sentido de incentivar a troca de saberes (produção de audiovisual e outras formas de comunicação)
9. Incentivar programas de etnoturismo nas comunidades quilombolas.

Grupo FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PARA A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

1. Formação e informação sobre o decreto 4887-2003 e outros marcos legais relacionados a gestão territorial e ambiental das comunidades quilombolas.
2. Fortalecimento das associações e conselhos gestores territorial das comunidades apoiadas com assistência técnica com diversos profissionais de dentro dos territórios quilombolas para construir, divulgar e fazer valer os acordos de gestão territorial e ambiental estabelecidos internamente.
3. Criar mecanismos de incentivo para os jovens quilombolas acessarem a educação universitária, garantindo a sua permanência até a finalização do curso.
4. Facilitar o acesso à políticas educacionais (cotas, PRONERA, institutos federais, outras);

REPRESENTANTES QUE VÃO PARA OFICINA NACIONAL EM BRASÍLIA
23, 24 e 25 de julho / 2018

TICÃO – ARARUBA / BREJO DOS CRIoulos

LEANDRO – QUILOMBO CHALÉ

GUILHERME RODRIGUES – BORÁ – BRASÍLIA DE MG

DERMITA CARDOSO – PURIS – MANGA

MARIA DA GLÓRIA - ORION / BREJO DOS CRIoulos

PADRE MACIEL – CAXAMBU / BREJO DOS CRIoulos

DAIANE – ARARUBA / BREJO DOS CRIoulos

MOMENTOS DA OFICINA







